

SELEÇÃO E NOMEAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS



Economia Real

Luís Todo Bom

De acordo com Wheelen, os papéis essenciais dos líderes das organizações, ou seja, dos administradores e em especial do presidente-executivo, num processo de gestão estratégica, são desenhar a organização e aplicar a estratégia, definir a direção, promover e conduzir os ajustamentos da cultura e consolidar a nova cultura en-

fatizando a ética e a excelência.

Exige-se para tal, formação teórica adequada, experiência profissional relevante e conhecimento do negócio profundo, variáveis observadas nas organizações privadas e ignoradas nas públicas. O atual Governo decidiu submeter a avaliação dos potenciais gestores públicos à Cresap — Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que utiliza na sua análise doze critérios indiscutíveis, conhecidos das empresas privadas: aptidão para o cargo, liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão (cliente!), gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação profissional.

A adoção desta grelha de avaliação já levou ao chumbo de vários pseudogestores, com análises objetivas dos respetivos currículos.

Têm conseguido fugir a este escrutínio rigoroso várias organizações do sector público, desde falsas sociedades anónimas maioritariamente públicas até às múltiplas empresas municipais artificiais

Infelizmente, a intervenção da Cresap representa a ponta do icebergue. pois têm conseguido fugir a este escrutínio rigoroso várias organizações do sector público, desde falsas sociedades anónimas maioritariamente públicas até às múltiplas empresas municipais artificialmente criadas com o fim único da distribuição de lugares por quadros sem qualquer preparação.

Casos chocantes como o de uma empresa de capitais maioritariamente públicos, com um volume de negócios anual de oito milhões de euros, com sete (!) administradores, dos quais três executivos com rendimentos mensais que dobram o do primeiro-ministro, em que foi nomeado para presidente-executivo um assistente universitário, sem formação académica em gestão e sem qualquer experiência profissional, são absolutamente devastadores na credibilidade da gestão do sector público e explicam os seus maus desempenhos.

Se a reforma do estado passar pela racionalização e melhoria da eficiência destas organizações, será menor o corte no Estado social. Mas este resultado só se atingirá com gestores públicos competentes. Zelar por este objetivo é um dever de cidadania.

Professor associado
convidado do ISCTE